



Faciplac

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

**RELATÓRIO GLOBAL
TRIÊNIO 2015/2017**

**Brasília – DF
Março/2018**



Faciplac

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

**AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
RELATÓRIO GLOBAL
TRIÊNIO 2015-2017**

Documento elaborado pela CPA da FACIPLAC em atendimento às exigências: do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, da Portaria Normativa MEC nº40, republicada em 29 de dezembro de 2010; Notas Técnicas INEP/DAES/CONAES N. 014, 062 e 065 de 2014 e do Regimento Geral da Instituição.

**Brasília – DF
Março/2018**

APRESENTAÇÃO

As instituições de ensino superior vêm a cada ano percebendo a grande importância dos processos avaliativos junto à comunidade acadêmica, visando melhorias contínuas em todos os setores da instituição. Em frente à dimensão formativa que a avaliação institucional se propõe, é de suma importância realizar ações com clareza e transparência, fazendo com que as IES cumpram seu papel de cunho social imersos no contexto de sua existência. As metodologias de avaliação e suas divergentes concepções e significados teóricos sistemáticos, tanto na área acadêmica, como nos diversos campos sociais, possuem um caráter intrínseco de revestimento, que faz com a instituição busque conhecer mais a situação dos processos e metodologias direcionando atitudes que fortaleçam o desenvolvimento e melhoria na qualidade. Dessa maneira, as Faculdades Integradas da União Educacional do Planalto Central – FACIPLAC, cuja missão, formar profissionais éticos e competentes mediante uma formação humanista, crítica e reflexiva, têm como objetivo simples de Autoavaliação institucional o paralelo entre os desejos da comunidade acadêmica e as condições necessárias para um ensino superior com qualidade. A avaliação institucional entendida neste sentido leva a FACIPLAC a discutir, juntamente com os objetivos sugeridos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, as concepções que guiam seu processo de autoconhecimento, registrando suas ações, buscando a consolidação de práticas bem-sucedidas, fortalecendo um espírito de autonomia institucional em suas atividades acadêmicas e administrativas, engrandecendo seu caráter técnico, político, social, cultural, ético e de responsabilidade da FACIPLAC.

Diante da complexidade das diferentes modalidades de avaliação e Autoavaliação institucional estão os científicos (como planejar), políticos (como assumir), ideológicos (como explicar), econômicos (como executar) e, sobretudo, culturais (como cada um e todos se encaixam e se percebem para assumirem posições). Alguns princípios básicos, existentes nos SINAES, direcionam a Autoavaliação da FACIPLAC, é um processo interno, com a identidade da Instituição, sem caráter comparativo com outras IES, valorizando sempre a comunidade acadêmica, pois é fundamental em uma Autoavaliação o envolvimento

de toda comunidade interna e externa, assegurando a autoanálise, onde a faculdade se pensa, repensa e propicia ações que geram mudanças e desenvolvimento. Mostrando que a avaliação institucional pode se capaz de realizar diagnósticos e indicando melhorias. Assim, temos com elementos fundamentais da Autoavaliação institucional, a gestão, estudantes, professores, técnicos administrativos e a condições estruturais, visando neste processo uma concepção ampla de avaliação que possibilite enxergar a FACIPLAC diante de suas atribuições.

Comissão Própria de Avaliação da FACIPLAC

SUMÁRIO

1. CARACTERIZAÇÃO DA IES	6
1.1 INDENTIFICAÇÃO DA MANTIDA.....	7
1.2 COMPOSIÇÃO DA CPA.....	7
2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	8
3. DESENVOLVIMENTO.....	12
3.1. DISTRIBUIÇÃO DE TAREFAS E CRONOGRAMA.....	22
3.2. AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE APRENDIZAGEM PELOS ALUNOS.....	25
3.3. PERFIL DO DOCENTE PELO ALUNO.....	25
3.4. AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ENSINO PELOS DOCENTES.....	25
4. AVALIAÇÃO DAS DIMENSÕES ESTABELECIDAS PELA LEI 10.861	26
4.1. A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (DIMENSÃO 1)	26
4.2. POLITICA PARA O ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (DIMENSÃO 2)	28
4.2.1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGOGICA.....	28
4.2.2. INICIAÇÃO CIENTÍFICA.....	30
4.3. A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO (DIMENSÃO 3)	31
4.4. A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE (DIMENSÃO 4).....	32
4.5. AS POLÍTICAS DE PESSOAL, DE CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO ADIMINSTRATIVO, APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL (DIMENSÃO 5)	32
4.6. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO (DIMENSÃO 6)	33
4.7. INFRAESTRUTURA FÍSICA (DIMENSÃO 7).....	34
4.7.1 A COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES (CIPA)	36
4.7.2 DOCUMENTAÇÃO, DADOS E INDICADORES.....	37
4.8. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO (DIMENSÃO 8).....	37
4.8.1 DOCUMENTAÇÃO, DADOS E INDICADORES DESTA DIMENSÃO	39
4.9. POLITICAS DE ATENDIMENTO A ESTUDANTES E EGRESSOS (DIMENSÃO 9)	40
4.10. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA (DIMENSÃO 10)	43
5. NOVO MARCO REGULATÓRIO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	44
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
7. BIBLIOGRAFIA.....	50

I - DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome da IES: Faculdades Integradas do Planalto Central

1. Caracterização da IES

A IES – FACIPLAC Faculdades Integradas do Planalto Central – é um conjunto educacional – uma instituição privada e com fins lucrativos, instalada na Siga Área Especial para Indústria nº 02, setor leste da cidade do Gama - DF, atende ao ensino superior, a partir de 1985 - credenciada pelo Decreto Federal nº 93.590, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 19/11/1986. O começo de suas atividades ocorreu com a manutenção da Faculdade de Odontologia do Planalto Central autorizada em 1987. Desde então a instituição foi se expandindo, e conta, atualmente, com os cursos de Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Civil, Estética e Cosmética, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Medicina Veterinária Nutrição, Pedagogia, Psicologia e Sistemas de Informação e Cursos Tecnológicos em diferentes áreas. Dispõe de salas de aula e laboratórios com equipamentos e recursos audiovisuais que facilitam um espaço propício para que haja a troca de experiências e informações.

A Biblioteca possui espaço físico amplo, arejado, iluminado e muito bem localizado, com área total de 1484 m² construída especificamente para este fim, com 10 setores de cabines (sala de leitura) com mesas e cadeiras, sendo uma reservada para portadores de deficiência e outra para alunos EaD. Salão de estudos com 50 (cinquenta) espaços de estudo individual (uma reservada para alunos do EaD), 35 computadores (04 computadores reservados para pessoas com deficiência), 01 (um) computador reservado para alunos do EaD), 40 mesas, 215 cadeiras e 3 (três) banheiros para o público, sendo um acessível para portadores de deficiência. Atualmente, o acervo geral é composto por 12.811 títulos, totalizando 55.043 exemplares, possui 92 títulos de periódicos impressos nas variadas áreas do conhecimento, disponibiliza no site da Biblioteca Revistas *online*; Plataforma Proquest com a base de dados *Health Research Premium Collection*, e Plataforma Jurídica RT Online, Biblioteca Virtual *Ebook Central* e Biblioteca Virtual Universitária, com conteúdo multidisciplinar; Biblioteca Virtual Jurídica ProView e possui

assinatura de 2 jornais. Para acessibilidade de usuários especiais, a Biblioteca disponibiliza 04 computadores com o DOSVOX, sistema que se comunica com o usuário através de síntese de voz, viabilizando, deste modo, o uso de computadores por deficientes visuais, que adquirem assim, independência no estudo e V-LIBRAS, tradutor da língua portuguesa para libras, o sistema ajuda na comunicação de pessoas com deficiência auditiva.

Os variados cursos possuem também à disposição sala de aula Invertida e dois auditórios com capacidade para 300 e 700 pessoas. Também conta com um corpo docente qualificado, que tem experiência no ensino superior e possui titulação de acordo com as exigências do Ministério da Educação/MEC.

1.1. Identificação da Mantida

Quadro 1 Identificação da Mantida

Nome: Faculdades Integradas da União Educacional do Planalto Central	
Endereço: Siga Área Especial para Indústria n° 02	
Cidade: Gama	Setor Oeste
Estado: Distrito Federal	Cep: 72.445-020
Telefone: 3035-3900	
Diretor: Prof. Dr. Walter Paulo Filho	

1.2. Composição da CPA

A Comissão Própria de Avaliação – CPA da FACIPLAC, designada pela Portaria do Ato de Designação da CPA - Portaria n°59, de 08/12/2017, apresenta nova composição (quadro 2), modificando a última portaria, tendo em vista à conclusão de curso dos estudantes dos últimos anos bem como a reestruturação dos professores ou dos funcionários.

Quadro 2 Composição da CPA

Segmento que representa	Nome
Corpo docente	Vinícius Curcino C. Vieira*
	Maria Amélia Albergaria Estrela
Técnico Administrativo	Deuserina Ferreira da Silva
	Maria Edilma G. Mais e Silva
Corpo discente	Jonata Pereira Melo
	Maura Rosana Alves da Silva
Sociedade Civil Organizada	Antônio Gomes Formiga
	Péricles Augusto Alves

*Coordenador da CPA

2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este relatório tem por objetivo contemplar as informações e ações desenvolvidas pela CPA no ano de referência 2017, bem como discutir o conteúdo relativo aos dois relatórios parciais anteriores, explicitando uma análise global em relação ao PDI e a todos os eixos do instrumento, de acordo com as atividades acadêmicas e de gestão. Os dados apresentados em 2015 e 2016 foram discutidos pela CPA de onde foram gerados dois relatórios parciais. Em relação à estrutura deste Relatório, a CPA considerou que deveria seguir a mesma dos Relatórios anteriores, apresentando os dados que forem pertinentes à direção da mantida, uma vez que a mesma mudou no segundo semestre, assim como o quadro referente aos coordenadores de curso, entre outros quadros, apresentando assim as mudanças, mas não descaracterizando o Relatório como um todo. Além de apresentar, também, outros dados que permaneceram iguais ou semelhantes à versão anterior, como, por exemplo, o item referente à história das Faculdades Integradas da União Educacional do Planalto Central - FACIPLAC.

De acordo com o art. 3º de seu Regimento Geral, as Faculdades Integradas do Planalto Central, como instituição educacional, destinam-se a promover a educação, de diversas maneiras e modalidades, a ciência e a cultura geral, e têm por finalidade:

- I - Promover o desenvolvimento integrado do ser humano,
- II - Ministrando o ensino de graduação e pós-graduação;

- III – Ministrar ensino técnico relacionado a seus cursos de graduação e a formação continuada e em serviço;
- IV - Incentivar o trabalho de investigação científica;
- V - Desenvolver, preservar e transmitir o saber em suas várias formas, níveis e modalidades;
- VI - Promover a assimilação dos valores culturais e difundir a cultura, acompanhando de modo sistemático os avanços da realidade cultural do País;
- VII - Formar diplomados em diferentes áreas de conhecimento, aptos a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira;
- VIII - Contribuir, por meio das atividades de Ensino Iniciação Científica e Extensão, para o desenvolvimento harmônico e integrado da comunidade local, regional e nacional visando o bem-estar social, econômico e político;
- IX - Promover eventos de caráter científico e cultural que objetivem a integração com Instituições de Ensino e com a Comunidade;
- X - Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

Em 2017, a CPA continuou se orientando pelas diretrizes e princípios, definidos nos anos anteriores, incorporando sugestões e proposições indicadas pela comunidade acadêmica nas diferentes reuniões que ocorreram durante os semestres letivos do ano de 2017, bem como dos atendimentos frente aos coordenadores, professores, funcionários e alunos, no sentido de sanar dúvidas em relação ao processo de autoavaliação e devolutivas e discussões sobre os objetivos, no sentido de compreender o processo interno de autoavaliação durante o ano letivo. Dentre esses objetivos, seguem:

- Um processo educativo que favoreça o desenvolvimento das pessoas, sua autocrítica, autonomia intelectual e comprometimento com a solução de problemas sociais;
- Melhorar a inserção social das Faculdades Integradas do Planalto Central com o contexto local;
- Proporcionar a qualificação do corpo docente e técnico administrativo;
- Incrementar e favorecer as atividades de iniciação científica e extensão;
- Formar gestores do conhecimento que conduzam sempre a renovação da instituição;
- Incentivar e corroborar com projetos que possibilitem a ampliação das fronteiras e a diversidade do conhecimento; e
- Consolidar um sistema de avaliação institucional que crie uma cultura avaliativa orientada por um processo sistemático de reflexão sobre a realidade da Instituição, tendo em vista o aprimoramento da qualidade do ensino e ao aperfeiçoamento do desempenho acadêmico.

Os objetivos foram resultados de discussões coletivas e que foram pensadas e compartilhadas no âmbito da CPA, durante as reuniões mensais conforme a demanda institucional por parte da comunidade acadêmica. De acordo com estes objetivos, a Comissão Própria de Avaliação apontou, para este ciclo avaliativo (2015-2017), as metodologias, que estão sendo efetuadas, e que integraram os Relatórios anteriores. Dentre eles se destacam:

- A. Sistematizar os resultados das avaliações, desenvolvendo as temáticas geradoras dos diferentes encontros, visando às necessidades de formação diagnosticadas;
- B. Criar indicadores institucionais, que contribuam com as ações de gestão e acompanhamento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), vinculando-os ao Projeto Pedagógico da Instituição (PPI);
- C. Apontar transformações na instituição através das ações e das discussões no âmbito da CPA, dando um caráter formativo ao processo avaliativo desenvolvido;

- D. Publicar os resultados da autoavaliação para toda a comunidade acadêmica, de modo que todos tenham acesso às ações realizadas com o objetivo de participarem e se sentirem ouvidos.

Salientamos que, com base nas “Orientações Gerais para o Roteiro de Autoavaliação das Instituições”, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, o trabalho da CPA conta com a seguinte metodologia:

1. Elaboração de indicadores relevantes para a instituição em cada uma das dez dimensões propostas;
2. Determinar públicos-alvo específicos referentes aos professores, alunos e pessoal técnico-administrativo de diferentes setores da IES;
3. Estabelecimento de um Plano de Ação que envolvesse cada um dos setores institucionais em ações avaliativas, primando pelo princípio da responsabilidade compartilhada.

A estratégia adotada por esta CPA, na condução dos trabalhos, seguiu movimentos parcialmente semelhantes daqueles adotados nos anos anteriores, constando de três momentos:

1. Concepção, proposta e (re) formulação do Plano de Ação:

Estabelecidas após avaliação em conjunto das fragilidades e das potencialidades apontadas em relatórios anteriores, delineando e orientando as estratégias a serem adotadas pelos diferentes atores sociais. Após discutir os pontos frágeis e/ou fortes, a CPA reorientou o processo de autoavaliação, tendo em vista:

2. A execução, o desenvolvimento e a análise, por meio da:

- Aplicação dos instrumentos de acordo com as indicações da CPA;
- Análise dos resultados orientados pela CPA;
- Discussão conjunta com os envolvidos sobre as informações em foco.

3. Resumo dos resultados da autoavaliação, através da (o):

- Coleta e organização dos resultados e resumo dos diversos momentos da avaliação;
- Divulgação dos resultados gerais, através de Relatórios Parciais de cada um dos cursos que integram a FACIPLAC, assim como aqueles referentes à infraestrutura (Biblioteca, Laboratórios etc.), e deste Relatório Global, que será divulgado a todos os envolvidos e comunidade acadêmica.
- Renovar o processo de concepção, proposta e formulação, tornando o ciclo de autoavaliação contínuo e participativo.

Neste relatório proposto pela Comissão Própria de Avaliação/CPA da FACIPLAC, espera-se: contextualizar a instituição; definir as etapas de autoavaliação; analisar os instrumentos de pesquisa, anunciar cada uma das dimensões e anunciar os indicadores - pontos frágeis e potencialidades, considerando a avaliação das dimensões, proposta pelos SINAES, estabelecidas pela Lei 10861/04, para engrandecer o compromisso da Instituição com a qualidade de ensino e a formação integral e integrada dos estudantes. E conclui com as considerações finais sobre todo o processo.

Espera-se que este Relatório transmita as principais atividades desenvolvidas no triênio pela FACIPLAC, e o papel da CPA que norteia todo o processo de autoavaliação institucional contribuindo não só com o diagnóstico das situações vivenciadas, mas, sobretudo, com o acompanhamento do desenvolvimento do Projeto Pedagógico Institucional, registrado em Relatórios anteriores.

3. DESENVOLVIMENTO

Esta parte do Relatório pretende, como mencionado anteriormente, apontar:

1. Descrever o contexto a instituição;
2. Estabelecer as etapas da autoavaliação (indicando as ações planejadas); (Preparação – Desenvolvimento do Plano de Ação) durante o semestre de 2017, inovando a estrutura em relação aos Relatórios anteriores;
3. Evidenciar o Projeto de Autoavaliação desenvolvido, tecendo, assim, uma breve análise sobre os diferentes instrumentos de pesquisa que puderam ser utilizados; e

4. Ressaltar, em cada uma das dimensões propostas pelos SINAES, indicadores que possam elucidar as fragilidades e as potencialidades dos diferentes cursos avaliados. Este Relatório aponta alguns indicadores de como os resultados alcançados estão contribuindo com o planejamento da gestão acadêmico administrativa de 2017.

I. Contextualizando a Instituição: uma breve revisão histórica

As Faculdades Integradas da União Educacional do Planalto Central - FACIPLAC, localizada com sede no SIGA, Área Especial nº 2, Setor Leste da cidade do Gama, CEP: 72460-000, Brasília, Distrito Federal, foi credenciada pelo Decreto Federal nº 93.590 de 18/11/1986, publicado no DOU de 19/11/1986. É mantida pela União Educacional do Planalto Central, criada em 1985 com o objetivo de oferecer ensino nas diversas áreas do conhecimento humano, com sede em Brasília (DF) e com caráter de direito privado e com fins lucrativos. O início de suas atividades ocorreu com a manutenção da Faculdade de Odontologia do Planalto Central, autorizada em 1987. Desta data até o ano de 2008, foram sendo criados dez novos cursos, agregando-se à mantenedora, na situação de faculdades isoladas.

Em 2008, ocorreu a unificação das onze faculdades isoladas (Odontologia, Fisioterapia, Medicina Veterinária, Ciências Contábeis, Administração, Arquitetura e Urbanismo, Sistemas de Informação, Enfermagem, Farmácia, Direito e Medicina), mantidas pela União Educacional do Planalto Central, que funcionavam regularmente instaladas em três unidades administrativas do Distrito Federal (Lago Sul, Gama e Park Way), passando a denominarem-se Faculdades Integradas da União Educacional do Planalto Central – FACIPLAC, pela publicação da Portaria MEC nº 368, de 19 de maio de 2008.

A partir do processo de unificação, a União Educacional do Planalto Central passou a exercer a atividade de manutenção sobre a FACIPLAC, assumindo a responsabilidade integral pelos onze cursos das faculdades em funcionamento nos três *campi*, garantindo a continuidade da oferta, a manutenção de todos os registros acadêmicos, e o compromisso de aprimorar a gestão administrativa e acadêmica.

Entre os anos de 2009 a 2012 foram criados mais três Cursos Superiores de Tecnologia (CST) – Redes de Computadores, Sistemas de Telecomunicações e Sistemas para Internet. Neste período os outros cursos existentes passaram por

processos avaliativos externos de reconhecimento e renovação de reconhecimento, assim como por avaliações de desempenho dos estudantes – ENADE, conforme ciclos regulatórios do SINAES.

Observa-se que bons desempenhos dos estudantes da FACIPLAC, em edições do ENADE, geraram Conceitos Preliminares de Cursos – CPCs satisfatórios, com publicação automática de várias portarias de renovação de reconhecimento de cursos, durante o ciclo avaliativo 2010-2012, dispensando visitas de avaliadores externos, em conformidade com o Artigo 35-A da Portaria Normativa MEC Nº 40 republicada em 2010.

Em 2013, o falecimento do seu fundador e diretor/presidente, Dr. Aparecido dos Santos, trouxe significativas alterações no cenário da União Educacional do Planalto Central. Ao assumirem a diretoria da Mantenedora seus sucessores naturais, iniciaram a tomada de posições gerenciais que demandaram diversas mudanças na FACIPLAC. Neste novo cenário administrativo, a instituição passou a ter um novo organograma e aconteceu a nomeação e substituição da Direção Geral e das Coordenações Acadêmica e Administrativa. Este novo horizonte gerencial trouxe com ele, desdobramentos que vem se refletindo nos diferentes cursos mantidos pela instituição, desde as suas coordenações, passando pelos projetos pedagógicos, assim como na forma de oferta dos mesmos.

Com vistas ao fortalecimento da IES e em atendendo às metas e objetivos propostos no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI elaborado para o período de 2013 a 2017, os cursos que eram ofertados nos *campi* Lago Sul (Odontologia e Fisioterapia) e Park Way (Arquitetura e Urbanismo), foram sendo transferidos para o *campus* do Gama. Este processo teve início em 2013 e foi concluído com a transferência total do curso de odontologia no segundo semestre de 2015. Portanto, a partir do ano de 2016 os 14 (quatorze) cursos da FACIPLAC são ofertados exclusivamente na modalidade presencial no endereço sede da faculdade que se localiza na cidade do Gama, Distrito Federal.

Os anos de 2015 a 2017 se configuram como síntese de um processo de mudanças, onde constatamos um crescimento da instituição, tornando-se referência regional nos cursos que oferta. Neste período foram publicadas as Portarias de autorização dos cursos de Educação Física, Engenharia Civil, Estética e Cosmética, Nutrição, Pedagogia e Psicologia e os mesmos passaram a ser ofertados nos anos

subsequentes. Nesse sentido, inicia o ano de 2017 com 17 (Dezessete) cursos de graduação (bacharelados, licenciados e Tecnólogos) ofertados na modalidade presencial, totalizando aproximadamente 4.600 (quatro mil e seiscentos) alunos e 401 (quatrocentos e um) Docentes.

No período de 2016 a 2017 houve a oferta de cursos de pós-graduação, como MBA na Gestão da Educação Superior, que a primeira turma formada em 2017. No que tange à iniciação científica foram realizadas diversas pesquisas nas áreas dos cursos ofertados, principalmente nos cursos da área de saúde. A extensão se concretizou por meio de diversas ações de prestação de serviços, das quais vale ressaltar os serviços de atendimento à comunidade externa, realizados pelo Hospital Veterinário e pelos Cursos de Odontologia, Fisioterapia, Medicina, Farmácia, Enfermagem e pelas ações de intervenção na comunidade local, entre outros serviços prestados pelos diferentes cursos da instituição.

No último ciclo avaliativo a FACIPLAC alcançou CI 4, IGC 4, e foi recentemente avaliada com conceito 5 no processo de transformação da organização acadêmico-administrativa de faculdades para Centro Universitário, além disso tem buscado melhorar seus índices avaliativos por meio de diversas ações implementadas em todos os setores institucionais. Assim, a instituição avança no sentido da sua vocação institucional que é formar profissionais em várias áreas de conhecimento, garantindo a interdisciplinaridade, o trabalho em equipe, a visão humanista e os postulados éticos.

Dos Coordenadores de Curso, do Corpo Docente e do Corpo Discente/2017

Em 2017, a FACIPLAC contou com os seguintes coordenadores de curso:

Quadro 3 – Coordenadores de Curso

Coordenador de Curso	
Curso	Coordenador/a
Administração	Prof. Lauri Tadeu Correa Martins
Arquitetura e Urbanismo	Prof. Marcelo Montiel da Rocha
Ciências Contábeis	Prof. Charles Rousseau Oliveira Freire
Direito	Prof. Valdir Alexandre Pucci

Educação Física	Prof. Samuel Estevam Vidal
Enfermagem	Prof. Wender Antônio de Oliveira
Engenharia Civil	Prof. ^a . Jucélia Cabral Mendonça
CST em Estética e Cosmética	Prof. ^a . Rosângela Batista de Vasconcelos
Farmácia	Prof. Ricardo Chiappa
Fisioterapia	Prof. ^a Mara Claudia Ribeiro
Medicina	Prof. Andersen Charles Darós
Medicina Veterinária	Prof. ^a . Daniella Ribeiro Guimarães Mendes
Nutrição	Prof. ^a . Danielle Luz Gonçalves
Odontologia	Prof. ^a . Maria Letícia Bucchianeri Pinheiro Peixoto
Pedagogia	Prof. ^a . Eusiléa Pimenta Roquete Severiano
Psicologia	Prof. ^a . Jaqueline Tavares de Assis
Sistema de Informação	Prof. ^o Marcelo Carboni

E, em relação ao seu corpo docente, a Instituição contou com 21% de doutores, 38% de mestres, 41% de especialistas, onde 17% deste efetivo trabalharam de forma integral, 65% de forma parcial e 18 % como horista, conforme o Quadro a seguir:

Quadro 4 – Corpo Docente/2017

Titulação	QTD	Percentual %
Especialista	164	41
Mestre	153	38
Doutor	84	21
Total	401	100
Regime de Trabalho	QTD	Percentual %
Horista	73	18
Parcial	262	65
Integral	66	17
Total	401	100

Fonte: censo/INEP ano base 2017

Destacamos que, a FACIPLAC participa do Programa Universidade para Todos/PROUNI, uma ação do MEC, que possibilita o ingresso de jovens de baixa renda nas instituições de ensino superior e estimulando, assim, mecanismos de inclusão social. Participa também do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) que

é ação do Ministério da Educação que financia cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). E para alguns cursos a instituição criou seu próprio mecanismo de financiamento o FACICRED, buscando meios para ajudar o aluno a ingressar no ensino superior.

Em relação à avaliação institucional, o sentido deste relatório é o mesmo, prevendo uma série de instrumentos que foram aplicados aos professores, alunos e funcionários, tendo em vista o acompanhamento e avaliação de todo o processo avaliativo voltado para uma avaliação formativa. Avaliação de 2017 foi discutida, a cada etapa, com os membros da CPA, desenvolvendo o Plano Estratégico de Ação que foi repensado a partir dos resultados obtidos no ano de 2016.

II. Do Projeto de Autoavaliação Institucional (etapas, categorias de análise e dimensões avaliativas)

Durante o ano de 2017, mensalmente, com a participação efetiva dos membros da CPA e, esporadicamente, com alguns outros membros da comunidade acadêmica foram realizadas discussões devidamente registradas em atas e estão à disposição de todos nos arquivos da Coordenação da CPA. Conta também com a participação de todos os segmentos, e documentos do SINAES, consolidados, pelos coordenadores e docentes, interessados em um processo de melhoria institucional e da qualidade de ensino.

Conforme o Relatório de Autoavaliação de 2016, encaminhado ao INEP, em março de 2017, a equipe da CPA providenciou o Plano de Trabalho/2017, com atividades a serem implementadas, que se constituíram de três etapas fundamentais, e seguiram o modelo anterior:

1. Etapa – Preparação

A elaboração do diagnóstico das ações avaliativas/2017 observou-se as ações realizadas e avaliadas nos anos anteriores (2015-2016), e os relatórios que foram encaminhados anteriores. Em 2017, foram retomados os trabalhos anteriores, aproveitando, as experiências e os esforços consolidados, sem deixar de respeitar

as próprias características institucionais constituídas por novos cursos e/ou novo corpo docente e/ou discente.

A CPA traçou um plano de trabalho, conforme quadro mais adiante. Os instrumentos aplicados sofreram alterações conforme processo anual de revisão e levantamento das demandas da comunidade acadêmica no sentido de aprimoramento do instrumento e das necessidades quanto às informações específicas, levando em conta as discussões e sugestões dadas pelos membros da CPA, gestores e comunidade externa.

Foram estipulados os seguintes instrumentos a serem aplicados:

- I. Questionário para pesquisa com ex-aluno (banco do egresso);
- II. Avaliação docente;
- III. Avaliação discente;
- IV. Avaliação dos técnicos administrativos;
- V. Avaliação dos gestores de curso;
- VI. Avaliação da Infraestrutura da FACIPLAC.

No início do ano de 2017, foram realizadas de acordo com o calendário de atividades da CPA, assim como nos anos anteriores, movimentos de sensibilização, em que os conceitos, objetivos e metas do Programa de Avaliação Institucional foram apresentados. Sinalizamos ainda que, em cada reunião mensal, eram discutidos os princípios e as concepções que orientam o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), tendo em vista a análise dos dados (devolutivas da CPA) realizada pelos coordenadores dos diferentes cursos, e com a preocupação de retomar a concepção do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e sua articulação com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Curricular (PDI).

2. Etapa – Desenvolvimento do Plano de Avaliação

A CPA se preocupou em sistematizar e incorporar as críticas e sugestões relativas ao modelo de avaliação vigente, ansiando conduzir as ações avaliativas

previstas no Cronograma. Todos os instrumentos de pesquisa, assim como os relatórios encaminhados pelas diferentes equipes, estão à disposição dos membros da CPA e daqueles que o requisitarem.

A constante busca por uma cultura avaliativa remete à CPA uma ação permanente de incentivar hábitos de estudo e propiciar o estabelecimento de relações entre as disciplinas curriculares junto ao corpo de gestores de cursos. Além disso, foram desenvolvidas ações, colocando em pauta temas emergentes e necessários para consolidar o currículo em ação dos diferentes cursos das FACIPLAC. De acordo com o Plano de Ação desenvolvido, observamos a participação da comunidade acadêmica e membros da CPA, que fizeram, ao longo dos semestres, sugestões para reformulação e melhoria dos instrumentos de avaliação já conhecidos por todos, assim como nas estratégias de ação para o envolvimento dos professores, alunos e técnicos na melhoria da qualidade do ensino.

3. Etapa - Consolidação do Projeto

As reuniões mensais com os membros da CPA e com convidados da comunidade acadêmica buscaram dar coerência e consistência ao PDI e a todo processo de autoavaliação, exemplificando as ideias e as ações da CPA. Para concretizar a análise e interpretação dos resultados coletados, usamos um instrumento específico, que buscou contribuir com a organização, sistematização, análise e interpretação dos dados para a elaboração do Relatório.

Tal Roteiro constou de três categorias de análise:

Categoria 1 – Organização didático-pedagógica

- 1) à Administração Acadêmica - destacando a coordenação de curso e colegiado específico;
- 2) ao Projeto Pedagógico do Curso - solicitando que o coordenador (a) descrevesse:
 - a) a concepção do respectivo curso;
 - b) o desenvolvimento do currículo (destacando suas fragilidades e potencialidades);
 - e c) o sistema de avaliação (indicando como se desenvolve a avaliação no interior de seu curso);

3) às Atividades Acadêmicas articuladas à Formação - situando a prática profissional necessária e desejada para o curso; o desenvolvimento dos estágios; trabalhos de iniciação científica e extensão; as Atividades Complementares; e os resultados do ENADE.

Categoria 2 – Corpo Docente, Corpo Discente e Corpo Técnico-Administrativo.

- 1) Corpo Docente – especificando o perfil do professor em cada curso, assim como a sua atuação nas diferentes atividades acadêmicas.
- 2) Corpo Discente – por meio do instrumento, foi possível aos coordenadores detectarem quais seriam os pontos frágeis e/ou os fortes para que se retomassem os trabalhos na busca da melhor qualidade de ensino (idem ao corpo docente).
- 3) Corpo Técnico-Administrativo – o instrumento elaborado para ser aplicado ao corpo técnico-administrativo, avaliando condições de trabalho, infraestrutura, etc.

Categoria 3 – Instalações Físicas

- 1) Biblioteca – foram assinalados os seguintes indicadores, conforme os Relatórios anteriores:
 - a. Atualização do acervo;
 - b. Nº de exemplares;
 - c. Serviço de pesquisa bibliográfica;
 - d. Horário de funcionamento; e
 - e. Instalações.
- 2) Instalações especiais e laboratórios;
 - a. Espaço físico;
 - b. Quantidade de equipamentos;
 - c. Serviço de atendimento; e
 - d. Disponibilidade

Após a análise dos resultados foi realizada ampla divulgação tanto no âmbito interno, quanto externo onde posteriormente iniciou-se a elaboração deste Relatório Global das atividades realizadas, a ser divulgado para toda a comunidade acadêmica. Foram previstas, na sequência, discussões a respeito das fragilidades e potencialidades da IES de modo a ampliar a reflexão e replanejamento das ações

por todos os envolvidos no processo: docentes, discentes (através de seus representantes), técnico-administrativos, coordenadores, além da Direção Geral e Mantenedora.

Os dados organizados e sistematizados pela equipe da CPA, inclusive gráficos demonstrativos, que deram suporte às conclusões contidas nos Relatórios Parciais e Relatório Final, foram divulgados para toda faculdade, e-mails, site institucional e estão disponíveis para consulta quando solicitados nos arquivos da CPA.

III. Dimensões avaliativas: eixos de análise

Com base nas diretrizes do Projeto de Autoavaliação desenvolvido neste último triênio (2015-2017), o objetivo central da CPA foi, em 2017, identificar as potencialidades e fragilidades, tendo em vista as dimensões avaliativas já postas pela Lei 10861/04, entre elas:

- 1) a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- 2) políticas de ensino, iniciação científica e extensão e as respectivas normas de operacionalização;
- 3) a responsabilidade social da IES,
- 4) a comunicação com a sociedade;
- 5) as políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e técnico-administrativo, aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e condições de trabalho;
- 6) a organização e gestão da IES;
- 7) a infraestrutura física, a biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- 8) o planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
- 9) as políticas de atendimento aos estudantes e egressos; e
- 10) a sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Todas estas dimensões avaliativas, assim como as ações desenvolvidas nos anos anteriores e as experiências vivenciadas nos encontros mensais e outros que se julgaram necessários da CPA, orientaram os membros para três grandes eixos:

- Continuidade das atividades avaliativas, buscando validar as estratégias, bem como as de decisões que pudessem ajudar a Instituição como um todo;
- Fomentar um sentido formativo às práticas avaliativas, a fim de se garantir o caráter pedagógico de uma instituição de ensino superior, garantir o perfil do egresso e ao mesmo tempo fortalecer a relação com o mercado do trabalho;
- Redirecionar ações na IES, contribuindo com a gestão dos diferentes cursos, favorecendo, assim, um maior entendimento dos desafios a serem enfrentados e/ou superados e a maturidade institucional em todos os âmbitos.

Nesta coordenação, a CPA, no ano de 2017, retomou os Relatórios anteriores, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico da Instituição (PPI), buscando fortalecer a proposta metodológica anterior, ampliando, desse modo, a compreensão da realidade institucional. Foram analisados os relatórios das avaliações externas do ENADE, Exame da Ordem e ANASEN e sugeridas ações de aprimoramento junto aos alunos e docentes com novas práticas pedagógicas.

Essas sugestões procuraram relacionar as informações obtidas pelos diferentes documentos e instrumentos de pesquisa, pela intervenção prática dos membros da CPA em seus diferentes papéis institucionais, ou seja, como coordenadores, professores, alunos e funcionários.

O que se pretende, com a CPA, é possibilitar que as informações advindas dos instrumentos aplicados, instrumentos de avaliações externas de cursos e institucional, assim como das reuniões com os membros da CPA, e das reuniões ampliadas com a comunidade acadêmica, possam ser divulgadas e consigam fomentar uma cultura avaliativa institucional, que não tenha o caráter punitivo e/ou burocrático, para atender às exigências do MEC, mas, sobretudo, seja formativa, estimulando a autonomia daqueles que vivenciam os tempos e espaços institucionais. As ações previstas no Projeto de Autoavaliação Institucional foram realizadas de acordo com o Cronograma a seguir.

3.1. Distribuição de Tarefas e Cronograma (2017)

A seguir, o Quadro 5 expõe a distribuição as tarefas e o respectivo cronograma de quando os mesmos foram aplicados.

Quadro 5 – Distribuição de Tarefas e Cronograma

DATA	ATIVIDADE	ENVOLVIDOS
06/03/17	Apresentação do Cronograma de atividades CPA 2017	Direção Geral e Acadêmica Comunidade Acadêmica Comunidade Externa
06/03/17 à 25/03/17	Construção do Projeto/ Processo de Autoavaliação institucional	CPA
08/03/17	Definição de material para divulgação interna e externa	CPA Elis
10/03/17	Reunião CPA - 14h30min	CPA
10/03/17	Agradecimento e devolutiva da avaliação 2016 para a comunidade acadêmica e comunidade externa	CPA Elis João
10/03/17	Início da divulgação do processo de Autoavaliação Institucional 2017	CPA Elis
27/03/17	Encaminhamento do Projeto/ Processo de Autoavaliação institucional para aprovação	Direção Geral e Acadêmica
Março, Abril e Maio	Sensibilização da Comunidade Acadêmica	CPA
06/04/17	Reunião CPA - 16h00min	CPA
17/04/17 à 22/04/17	Inserção da Autoavaliação institucional no sistema	CPA
01/05/17 à 02/06/17	Aplicação do Instrumento de Autoavaliação Institucional	CPA Coordenadores CPD/ DTIC
01/06/17	Encaminhamento do modelo do Relatório dos Coordenadores de Curso	aos Coordenadores de Curso CPA
05/06/17 à 29/06/17	Apuração dos Resultados e Construção do Relatório	CPA
09/06/17	Reunião CPA - 14h30min	CPA
30/06/17	Devolutiva do Instrumento de Autoavaliação	CPA

	Institucional	Direção Geral e Acadêmica Comunidade Acadêmica Comunidade Externa
30/06/17	Devolutiva à CPA do Relatório dos Coordenadores de Curso	Coordenadores de Curso
07/07/17	Reunião CPA - 14h30min	
07/08/17	Reunião CPA - 14h30min	CPA
14/08/17	Definição de material para divulgação interna e externa	CPA Elis
21/08/17	Início da divulgação do processo de Autoavaliação Institucional 2017 – 2º Semestre	CPA Elis
07/08/17 à 31/08/17	Construção do Projeto/ Processo de Autoavaliação institucional	CPA
01/09/17	Encaminhamento do Projeto/ Processo de Autoavaliação institucional para aprovação	Direção Geral e Acadêmica
Agosto, Setembro e Outubro	Sensibilização da Comunidade Acadêmica	CPA
09/09/17	Reunião CPA - 14h30min	CPA
11/09/17 à 15/09/17	Inserção da Autoavaliação institucional no sistema	CPA
25/09/17 à 04/11/17	Aplicação do Instrumento de Autoavaliação Institucional	CPA Coordenadores CPD/ DTIC
01/11/17	Encaminhamento do modelo do Relatório dos Coordenadores de Curso	aos Coordenadores de Curso CPA
06/11/17	Reunião CPA - 14h30min	CPA
06/11/17 à 30/11/17	Apuração dos Resultados e Construção do Relatório	CPA
01/12/17	Devolutiva do Instrumento de Autoavaliação Institucional	CPA Direção Geral e Acadêmica Comunidade Acadêmica Comunidade Externa
01/12/17	Devolutiva à CPA do Relatório dos Coordenadores de Curso	Coordenadores de Curso
03/12/17	Reunião CPA - 14h30min	

Os instrumentos de avaliação previstos no Projeto de Avaliação Institucional foram aplicados dentro do cronograma, e encaminhados os resultados para os setores de competência, para que os mesmos pudessem analisar, divulgar e tomar suas precauções.

3.2. Avaliação das condições de aprendizagem pelos alunos (instituição, cursos e professores).

Esse questionário permitiu verificar, do ponto de vista do aluno, as condições oferecidas pela Instituição para um desempenho de qualidade. Foi constituído por questões, que tratam a respeito dos recursos de informática, condições da biblioteca, atendimento aos funcionários e da coordenação. Os alunos avaliam, também, a qualidade de seus cursos, em geral, e das aulas, em particular, correspondentes a cada um dos cursos analisados. Além disso, o instrumento abarca questões relativas ao planejamento geral do docente e objetivo de cada disciplina ministrada, conteúdos, procedimentos adotados, avaliação, etc. A devolutiva deste instrumento permite que o professor reflita sobre seu trabalho, com vistas à melhoria do processo.

3.3. Perfil do docente pelo aluno

Este Instrumento é aplicado aos alunos para que avaliem os professores de sua turma, levando em conta aspectos relativos ao trabalho docente, como: planejamentos gerais e objetivos, conteúdos, procedimentos, avaliação, relações Humanas, administrativas etc.

3.4. Avaliação das condições de ensino pelos docentes

Este questionário foi elaborado pela CPA, e trata-se de um instrumento constituído por questões a respeito dos recursos materiais oferecidos como Laboratórios de informática, acervo bibliográfico, instalações, sala de aula, equipamentos, manutenção etc., e também, as condições de apoio institucional ao crescimento profissional.

Os instrumentos, aplicados aos diferentes cursos da IES, foram analisados, destacando os indicadores a seguir:

- a. Acesso e utilização de recursos de Informática e recursos de multimídia;
- b. Atualização profissional;
- c. Acervo bibliográfico e sua utilização;
- d. Serviços de apoio aos docentes;
- e. Serviços de secretaria, informações e tesouraria;
- f. Infraestrutura física, material e de manutenção;
- g. Condições para atendimento extraclasse;
- h. Autoavaliação dos funcionários e avaliação das condições de trabalho;

4. Avaliação das Dimensões estabelecidas pela LEI 10.861/04

Os relatórios parciais apresentaram sínteses das dimensões, do início do ciclo avaliativo (2015-2016). Constatam apontamentos, que foram levantados durante as diferentes reuniões realizadas no âmbito da CPA. Segue síntese em relação a cada uma das dimensões.

4.1. A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (Dimensão 1)

A CPA vem discutindo a missão da IES, que é zelar pelo compromisso com o desenvolvimento sócio cultural da comunidade do Gama, assim como de toda a sociedade brasileira. Nesta perspectiva vem retomando os princípios descritos em seu Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI e em seu Projeto Pedagógico Institucional/PPI. Durante diferentes encontros, no ano de 2017, foi possível retomar alguns destes aspectos que, de certa forma, fundamentam os indicadores a seguir:

1. Finalidades, objetivos e compromissos da IES, explicitados em documentos oficiais;
2. Concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da instituição, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades – tais como: atividades extraclasse; aulas práticas; nível de exigência do curso; equilíbrio entre

- quantidade de conteúdo e carga horária das disciplinas; atendimento de expectativa e atividades de pesquisa;
3. Potencialidades da IES, a serem preservadas, tais como: habilidades desenvolvidas e relação entre conteúdos e realidade social e profissional;
 4. Qualidade do curso; discussão de planos de ensino com alunos;
 5. Empenho em relação à aprendizagem;
 6. Pontualidade e assiduidade docente; domínio docente atualizado sobre as disciplinas;
 7. Instrumentos de avaliação: quanto às avaliações, é preciso destacar, mais uma vez, que mais da metade dos professores se utilizam de provas escritas discursivas, no todo ou em parte, e testes objetivos;
 8. Nível docente.

Em relação às práticas administrativas, no geral, professores e alunos elogiam o desenvolvimento das práticas administrativas no interior da IES, mas assinalam alguns fatores que, ao revelarem fragilidades e potencialidades da Instituição, merecem, mais uma vez, considerações por parte da CPA. São os seguintes:

- **Suporte oferecido pela Coordenação/Orientação:** o suporte oferecido pela coordenação/orientação aos alunos de todos os cursos é considerado satisfatório por mais da metade dos alunos. O corpo docente, por sua vez, analisou o apoio dos coordenadores às suas atividades, como sendo também satisfatório na maioria dos cursos.
- **Atendimento dos funcionários:** entre os alunos, observa-se que a maioria considera o atendimento satisfatório. Entretanto, alguns avaliaram como insatisfeito a qualidade de atendimento, fato que necessita ser melhor investigado (indicar, no instrumento a ser aplicado, quais os setores que “deixam a desejar”). O atendimento aos docentes é considerado satisfatório.

Outro ponto a ser considerado neste processo de autoavaliação diz respeito às (à):

1. características básicas do PDI e suas relações com o contexto social e econômico em que a IES está inserida;
2. articulação entre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão e avaliação institucional; o núcleo de temas optativos que poderão nortear o desenvolvimento das atividades avaliativas dos diferentes cursos da FACIPLAC); avaliação e atualização do PDI (realização de seminários, reuniões, consultas); descrição do perfil de egressos (conhecimentos e competências que devem adquirir durante a sua permanência na IES); descrição do perfil dos ingressantes: com base nas demandas regionais e nacionais (conhecimentos e competências que devem apresentar).

Os documentos acima especificados encontram-se à disposição para consulta e análise. Dados a respeito de ingressantes e egressos têm sido colhidos por ocasião do vestibular, quando da solicitação de diplomas e redes sociais, fornecendo um perfil detalhado da comunidade discente e suas necessidades.

4.2. A Política para o ensino, a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica (Dimensão 2)

4.2.1 Organização didático-pedagógica

De acordo com os Relatórios Parciais anteriores, esta dimensão se destaca por questões que transcorrem: a concepção de currículo e organização didático-pedagógica - métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem, de acordo com os fins da instituição e as diretrizes curriculares. A concepção de currículo, que permeia todos os cursos das áreas de conhecimento da FACIPLAC, se caracteriza por uma sólida formação humanística, técnico-científica e prática que habilita os egressos a agirem no meio social, político,

econômico e cultural de maneira responsável e ética, capazes de atuar em equipes multidisciplinares e promover transformações nas organizações onde atuarem, ajustando-se de forma competente às transformações existentes no mercado de trabalho, através de um contínuo aprimoramento educacional e profissional. Os cursos procuram desenvolver uma consciência crítica da sociedade e da realidade brasileira através de fundamentos teórico-práticos adequados, favorecendo atitudes de criatividade, cooperação, investigação, responsabilidade e compromisso.

Quanto às práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e a utilização de processos participativos de construção de conhecimento, existem elementos que vieram à tona nas discussões junto à CPA e, na leitura e análise dos dados coletados, tais como: estratégias de ensino, onde os cursos viabilizam o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inovadoras, na medida em que sua estrutura de curso, de acordo com o PDI, se dá em torno de quatro eixos temáticos, a saber:

- 1º Contextualização** - que permite ao aluno perceber a relação do processo de aprendizagem no interior da Instituição e sua relação com a realidade histórica, política social e cultural;
- 2º Estruturação** - que contempla a sistematização de conhecimentos científicos e técnicos, que fundamentam o processo ensino aprendizagem;
- 3º Integração** - em que, a partir de uma formação multidisciplinar, o aluno terá condições de refletir, analisar os conteúdos adquiridos, construindo seu próprio saber;
- 4º Flexibilização** – contemplada na disciplina Seminários Avançados, que desenvolvem temas diferenciados, atuais e emergentes, proporcionando encontros de profissionais de diferentes áreas de estudo, de acordo com a temática a ser escolhida.

Outro aspecto esta relacionado com a atribuição dos currículos - concepção e prática, visando às metas institucionais, as demandas sociais - científicas, econômicas e culturais. A proposta é a de refletir, continuamente, assim como os coordenadores de curso e seus professores se a estrutura curricular desenvolvida

está criando oportunidades diferentes de aprendizagem. Também, destacam-se práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, à interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino.

A instituição realiza, anualmente, eventos de caráter interdisciplinar, no âmbito de seus cursos. Nessas ocasiões, pode-se contar com a participação de docentes, profissionais, pesquisadores e especialistas externos, além de seus próprios quadros. Ao longo dos últimos anos têm sido frequentes as palestras e oficinas abertas a todos os alunos. Pensando também em normas orientadoras contidas na LDB e nas Diretrizes Curriculares dos Cursos a FACIPLAC tenta introduzir em suas matrizes curriculares, disciplinas flexíveis que possibilitam o desenvolvimento de temas emergentes e, algumas vezes, de forma interdisciplinar. Esses espaços curriculares fazem com que docentes e discentes busquem a prática de iniciação científica e à busca de fontes diversas de conhecimento.

4.2.2. Iniciação Científica

O desenvolvimento de iniciação científica nos cursos das Faculdades Integradas da União Educacional do Planalto Central tem crescido nos últimos anos, onde a CPA considera que está havendo um enorme esforço por parte da Instituição em estar investindo em projetos de iniciação científica e extensão e em cursos de pós-graduação lato sensu (360 horas e duração de 18 meses).

A CPA considera oportuno mencionar que existe um órgão institucional responsável pela coordenação das atividades de iniciação científica, extensão e pós-graduação que não mede esforços para que a cada semestre haja reestruturações, de modo a atingir os anseios de toda a comunidade acadêmica. O desenvolvimento da iniciação científica se dá por meio dos Trabalhos de Conclusão de Curso e trabalhos independentes com professores de diversos cursos com incentivo da própria instituição e que são apresentados em congressos nacionais e internacionais. Há também vários programas e projetos de extensão promovidos todo semestre pelos cursos de Enfermagem, Medicina, Odontologia, Direito, Fisioterapia, Farmácia, Nutrição, Educação Física, etc. O Projeto Pedagógico da Instituição prevê que essas ações abordem a pesquisa discente como princípio formativo profissional, de maneira a propiciar:

1. Análise das hipóteses fundamentais;
2. Discussão e reflexão dos métodos de investigação; e
3. Análise dos resultados, preparando os alunos para a realização de atividades de iniciação científica nas diferentes áreas dos Cursos de Graduação.

Os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, bolsas de pesquisa e monitoria, referentes ao desenvolvimento dessa vocação, estão sendo revisados, de modo a adequar-se à realidade institucional. Nos últimos anos, as ações tanto dos cursos quanto dos professores, foram pautas das reuniões. A CPA aponta que a política de pós-graduação e extensão vem gradativamente se reformulando para que possa alcançar as finalidades propostas pela Instituição como um todo, ou seja, oferecer um suporte mais adequado para o seu funcionamento, bem como atrair um número cada vez maior de e ex-alunos.

4.3. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural (Dimensão 3)

Segundo o PDI da instituição, a Faculdades Integradas do Planalto Central procura valorizar o trabalho, a dedicação, colocando o ser humano como agente transformador da sociedade. A instituição tem desenvolvido a propagação do conhecimento, buscando capacitar a comunidade acadêmica, para que tenham um pensamento crítico, busquem soluções flexíveis, contribuindo para o progresso do país e a qualidade de vida das pessoas.

A faculdade está sempre em diálogo com a comunidade, mirando as necessidades do mundo moderno, caracterizado por mudanças constantes, fazendo com que o processo educacional se reinvente rotineiramente. A IES oferece uma formação ética e de liderança, levando os discentes a seguirem posturas empreendedoras, utilizando-se do diálogo e da reflexão crítica frente à realidade social, contribuindo para uma convivência democrática na sociedade.

A avaliação do nível de inserção da instituição na comunidade pode ser medida pela análise dos programas de extensão e da prestação de serviços profissionais de consultoria e assessoria, de apoio ou assistenciais.

A instituição atende a comunidade do Gama promovendo a inclusão social, através da nossa Clínica Odontológica, Núcleo de Práticas Acadêmicas e Jurídicas, Hospital Veterinário, etc. A defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural é visível nas atividades da instituição, que promove eventos abertos à comunidade destinados a divulgar a história e a cultura da Faculdade, onde iniciou suas atividades há mais de 30 anos.

A instituição está se organizando para oferecer cada vez mais atividades voltadas para o exercício de sua responsabilidade social, mas ainda precisa de planejamento integrado para que tais ações sejam divulgadas, e assim ter um uso melhor de suas sinergias potenciais e, com isso, melhorar ainda mais sua imagem entre os públicos internos e externos. Com esse propósito instituição mantém acordos de cooperação com outras instituições de ensino, empresas públicas e privadas da região, e órgãos que proporcionam a integração de alunos e professores e funcionários em atividades sociais, culturais e econômicas da região.

Estas atividades em parceria com a comunidade possibilitam o exercício consciente da cidadania, a formação integral do educando, o desenvolvimento de conhecimentos que melhorem a qualidade de vida das pessoas, além de favorecerem a inserção discente no mercado produtivo.

4.4. A comunicação com a sociedade (Dimensão 4)

A faculdade por meio de publicações (murais, site, redes sociais, jornais etc.) busca divulgar atividades internas e externas a todas as partes interessadas na instituição: alunos, professores, funcionários, público externo e órgãos de comunicação. Por meio de sua Assessoria de Comunicação Social, a instituição mantém-se em constante contato com a sociedade na qual se insere.

4.5. As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho (Dimensão 5)

No âmbito da CPA houve discussões em relação aos planos de carreira regulamentados para o corpo docente e o técnico-administrativo, com critérios claros de admissão e progressão. A faculdade implantou o plano de carreira docente seguindo uma progressão levando em conta titulação, produção e autodesenvolvimento. Os procedimentos relativos à qualificação docente começam durante a contratação de professores, levando em conta a titulação acadêmica e experiência profissional nas áreas de interesse da estrutura curricular de cada curso, e incentivo quanto à importância da titulação (professores especialistas) para que deem continuidade aos seus estudos e capacitações, fazendo com que seus professores aperfeiçoem suas habilidades e conhecimentos, através cursos de pós-graduação stricto sensu, trabalhos em congressos nacionais e internacionais de modo a garantir um quadro docente qualificado.

A instituição sempre estimulou a qualificação profissional, incentivou a pesquisa e a melhoria da qualidade para o corpo docente e técnico-administrativo, entretanto estas ações necessitam ser reforçadas às vezes pela administração em função do rodizio do corpo docente decorrentes de mudanças. O clima institucional, relações interpessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional é um diferencial que transparece no ambiente da empresa.

Como objetivo a CPA identifica as potencialidades e as fragilidades da instituição, tendo como premissa que os resultados possam orientar ações que possa maximizar os pontos fortes e minimizar os fracos, nas reuniões de 2017, discutiu os múltiplos fatores, que fragilizam e/ou potencializam a IES, de forma a melhorar, cada vez mais, as condições de trabalho na IES.

4.6. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios (Dimensão 6)

Em sua organização a instituição preserva elementos funcionais de tal forma que o conjunto, assim disposto, seria capaz de realizar sua missão, mediante a criação não só da estrutura como de procedimentos e sistemáticas operacionais. Baseada nessa base organizacional, a gestão dos recursos institucionais, humanos, materiais e financeiros disponíveis para aperfeiçoar os resultados de se levar o empreendimento aos seus objetivos.

A composição, funcionamento e representatividade dos Colegiados, apontam para os órgãos de natureza deliberativa. A atividade do processo se caracteriza pela efetivação do que foi deliberado, que os órgãos executivos: Direção e Coordenação de Cursos faz cumprir.

Estes órgãos homologam e divulgam o processo seletivo de admissão aos cursos; os procedimentos de matrículas; a sistemática de verificação da aprendizagem; o processo e as condições de transferência de alunos e aproveitamento de estudos; as normas para expedição de diplomas e a de elaboração do catálogo anual dos cursos. Aprecia o plano de trabalho da Diretoria Geral; aprova o calendário escolar para o ano subsequente; delibera sobre expedientes que lhe forem encaminhados pelo Diretor Geral; intervêm, quando esgotados os meios ordinários, nos demais órgãos, bem como avoca atribuições que lhe forem consignadas; interpreta o Regimento e delibera sobre casos omissos e exerce as demais atribuições que, por sua natureza, lhe sejam afetas, fazem parte de seu atributo.

A coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão, de âmbito integrante, com representatividade e participação nos segmentos da comunidade acadêmica é o órgão de natureza normativa, deliberativa e consultiva em matéria de ensino, pesquisa e extensão, destinada a formular a política didático-científica, com a finalidade de acompanhar, controlar e avaliar sua implementação.

4.7. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação (Dimensão 7)

A Faculdades Integradas do Planalto Central está localizada em imóvel próprio na região leste do Gama-DF e distribuídos em 6 Blocos (A – F) e anexos. A Administração Geral das Faculdades esta localizada no Bloco E – 3º andar e a Mantenedora ocupa o 3º andar do Bloco B. Demais setores, como secretaria, financeiro, coordenações de curso, sala de professores, laboratórios, auditórios etc. ocupam diferentes blocos, situados de maneira de estratégica a fornecer um atendimento de qualidade a alunos, professores, técnicos e comunidade externa.

Os blocos são servidos por elevadores e escadas internas atendendo todas as normas acessibilidade. As salas de aula são amplas, claras, arejadas, equipadas com ventiladores ou ar condicionados, quadro branco amplo e mural de cortiça para avisos, capacidades para até 50 e 100 alunos. As carteiras são do tipo universitário, individuais e soltas, o que permite aos professores trabalhar técnicas diferenciadas, em grupos. As instalações sanitárias masculina, feminina e PNE, são em número adequado para atendimento aos estudantes, que na pesquisa da CPA avaliaram a esta infraestrutura como sendo satisfatória. Encontram-se sempre limpas e com material necessário para higiene pessoal. A biblioteca dispõe do serviço de empréstimo, e a solicitação de obras é feita pela bibliotecária responsável.

A Instituição dispõe de locais de convívio para os alunos, como a praça de alimentação, as áreas sociais, internas entre os prédios e o Centro de Convivência, que favorece o encontro entre os estudantes dos diferentes cursos. Rampas de acesso com corrimãos foram projetadas para atender aos Portadores de Necessidades Especiais, além de elevadores que permitem o acesso do estudante com deficiência física aos espaços restritos da Instituição, salas de aula, laboratórios e demais áreas. Tanto no estacionamento interno das Faculdades quanto em estacionamento conveniado nas proximidades da mesma, há reserva de vagas para os portadores de necessidades especiais. Há banheiros adaptados, que dispõem de portas largas e espaço suficiente que permite o acesso de cadeiras de rodas. Nos banheiros comuns há barras de apoio nas paredes. Foram instalados bebedouros e lavabos em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas. Há disponibilidade de cadeiras de rodas para os alunos que temporariamente necessitam utilizá-las.

Para avaliar o conceito da Instituição sob o olhar de seus alunos, esta CPA elaborou, dentre outros questionários, um que abordava em especial os pontos referentes à infraestrutura institucional. O instrumento “Avaliação das Condições de Aprendizagem pelos Alunos” foi igualmente respondido por todos os universitários dos diferentes cursos da Faculdade. Os resultados obtidos pelo processamento e análise dos dados permitiram identificar os pontos fortes e as fragilidades da instituição nesse quesito, identificados pelas questões abaixo mencionadas do questionário, identificando os dados que seguem: 1. Acesso a microcomputadores; 2. Acesso a recursos diversos; 3. Atualização do acervo da biblioteca; 4. Número de exemplares; 5. Serviço de pesquisa bibliográfica; 6. Horário de funcionamento da biblioteca; 7. Instalações da biblioteca; e 8. Infraestrutura física, material e de manutenção. Os pontos que merecem atenção referem-se à estrutura das salas de aula. Problemas com a manutenção dos aparelhos como retroprojetores e data-shows também são apontados como pontos frágeis da Instituição.

Ao avaliarem a Biblioteca os alunos apontaram como satisfatório para suas instalações, horário de atendimento, forma de consulta e localização, considerando o espaço adequado às necessidades dos discentes. Quanto ao acervo, o mesmo encontra-se adequado, atualizado e com número de exemplares satisfatório. Para os docentes, a biblioteca cumpre adequadamente seu papel e apontam de maneira também satisfatória para suas instalações tanto físicas como humanas, horário de atendimento, a forma de consulta, localização, considerando o espaço plenamente adequado às suas necessidades e a dos discentes.

Todos os alunos da Instituição podem fazer uso dos laboratórios de Informática, mas de acordo com os dados obtidos nos questionários, há restrições quanto ao número de equipamentos/aluno. Há também os laboratórios de aulas práticas, que também podem ser utilizados pelos discentes, mediante o professor ou técnico responsável para seus trabalhos de iniciação científica e tcc. Tais espaços também obtiveram caráter satisfatório durante a avaliação, tanto da parte de infraestrutura, como no atendimento e disponibilidade dos equipamentos.

Quanto às políticas institucionais de conservação, o serviço é terceirizado (contrato de prestação de serviços) para manutenção dos equipamentos, conserto de aparelhos, salvos os de informática que são consertados pela unidade de TI da própria faculdade. Quanto à manutenção e pequenos consertos nos prédios há

funcionários da própria Instituição que estão sempre realizando esses serviços, seja nas salas de aula ou em outros espaços acadêmicos.

4.7.1. A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes CIPA

As empresas privadas e públicas e os órgãos governamentais, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis de Trabalho - CLT, ficam obrigados a organizar e manter em funcionamento, por estabelecimento, uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes- CIPA. O objetivo dessa Comissão é observar, relatar as condições de risco de trabalho, assim como tomar medidas para amenizá-los ou neutralizá-los; discutir as ocorrências de acidentes e encaminhar ao empregador e serviços especializados os resultados das discussões, assim como as medidas a serem adotadas para a não incidência dos mesmos.

A comissão é composta por representantes do empregador e dos empregados dos diferentes segmentos da Instituição, de forma proporcional ao risco que a empresa apresenta, de acordo com o tipo de atividade desenvolvida, segundo Norma Regimental da CIPA.

De acordo com a Portaria Nº. 33 NR 5, de 27/01/1983, a CIPA será composta por Presidente, indicado pela Administração; vice-presidente, eleito pelos empregados; representantes do empregador; representantes dos empregados; secretário, escolhido de comum acordo; substituto, escolhido de comum acordo. O número de representantes do empregador deverá ser igual ao dos representantes dos empregados. Por essa mesma Portaria, o mandato dos membros eleitos da CIPA terá a duração de 1 (um) ano, permitida uma reeleição.

A CIPA tem como atribuições discutir acidentes ocorridos, sugerir medidas de segurança, promover a divulgação e zelar pela observância das normas de segurança e medicina ou de regulamentos e instrumentos de serviço, emitidos pelo empregador; promover anualmente palestras para a prevenção interna de acidentes; organizar as atas de reuniões, entre outras prerrogativas. Cada membro da CIPA, dentro de sua função, tem suas competências específicas. A CIPA busca realizar um trabalho de prevenção de acidentes no trabalho, pois a vida é o bem maior e ela não se resume somente ao trabalho, mas ao retorno ao lar, diariamente.

A implementação da CIPA nesta Instituição foi realizada por intermédio de assessoria interna, através de reuniões com todos os funcionários. A CPA dispõe de dados (PGRSS, PCSMO, SESMT, etc.) para avaliar o efetivo funcionamento dessa Comissão, a escolha de seus membros constituintes está atualizada e eles se reúnem de acordo com o estipulado em suas normas regimentais. A CPA não contemplou nos questionários dos funcionários e docentes, questões referentes à CIPA devendo nas próximas avaliações rever o procedimento.

4.7.2. Documentação, dados e indicadores.

As planilhas referentes à infraestrutura física acima descrita (número de salas de aula, instalações administrativas, áreas diversas) estão disponíveis para consulta quando solicitadas.

4.8. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional (Dimensão 8)

O início do pensar sobre o processo avaliativo teve início com a implantação do sistema de avaliação institucional. A autoavaliação foi concebida como um processo, que se estendeu para a Instituição em sua totalidade, completando-se com a avaliação externa. Tinha como preocupação a globalidade institucional e a missão da Instituição na sociedade. A criação dessa cultura avaliativa, no Ensino Superior se legitima na prática conforme ações sociais permanentes.

Com a Lei 9131/95 e a LDB 9394/96, novos mecanismos de avaliação foram sendo implantados como o Exame Nacional dos Cursos - ENC, em que a ênfase recaía sobre os resultados e a produtividade das instituições superiores; a eficiência medida pelo controle de desempenho, frente a um padrão estabelecido, com a devida prestação de contas. No ENC o foco era dirigido ao Curso em sua dimensão de ensino, e sua função era classificatória, baseada na lógica de que a qualidade do curso é igual à qualidade de seus alunos.

A implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação - SINAES, instituído em 14 de abril de 2004, pela Lei n.º 10.861, traz uma nova concepção do

que seria a avaliação institucional. Sua finalidade está na melhoria da qualidade da educação superior. A Avaliação Institucional passa a ter um caráter formativo, visando o aperfeiçoamento dos agentes da comunidade acadêmica e da instituição como um todo. As Faculdades Integradas do Planalto Central ao longo desses anos, busca a melhoria e aprimoramento dos serviços prestados à comunidade acadêmica. Através de questionários aplicados aos discentes, docentes e técnicos administrativos da Instituição, busca saber o nível de satisfação, insatisfação e dificuldades, as mudanças a serem efetuadas e a percepção geral da sua comunidade acadêmica. Os resultados obtidos têm sido usados para repensar as ações e medidas destinadas a sanar os pontos frágeis que, se pertinentes, passam a compor o planejamento do ano posterior.

A comunidade acadêmica, desde a implantação do processo de autoavaliação precisou transpor obstáculos e quebrar barreiras junto aos profissionais do ensino e junto aos discentes, que hoje veem o processo sendo gradativamente aprimorado no decorrer dos anos. Percebem que seu papel se tornou necessário para o desenvolvimento de um trabalho educacional com maior profissionalismo, ações mais efetivas e atuais e melhor entrosamento de todos que fazem parte da Instituição.

Atendendo as novas diretrizes dos SINAES, a CPA iniciou seus trabalhos ouvindo do corpo docente os pontos a serem reformulados nos instrumentos de autoavaliação já existentes e aplicados anualmente à comunidade acadêmica. Os instrumentos reformulados pela Comissão Própria de Avaliação foram criados para retratar a Instituição como um todo, incluindo as pessoas que nela trabalham, exercendo as mais diversas funções.

O processo de aplicação dos instrumentos de autoavaliação institucional, nos últimos anos (2015-2017), conseguiu que os envolvidos no processo, coordenadores de curso, e representantes do corpo docente e discente, funcionários, representantes da comunidade externa participassem de forma efetiva.

As informações colhidas foram sistematizadas pelos membros da CPA, após a tabulação dos resultados, foram elaborados os relatórios que foram enviados para os órgãos de competência (Mantenedora, corpo Diretivo da Mantida, coordenadores, chefes de setores, etc.) para que os mesmos divulgassem ao seu público interessado (professores, alunos, técnicos administrativos, etc.). A partir desses

considera-se que o processo de avaliação institucional vem trazendo uma nova concepção de avaliação, que vem se incorporando à IES como um todo.

Há um consenso entre os membros da CPA de que este ciclo avaliativo (2015 - 2017) está cumprindo sua função, à medida que se complementa. Foi possível obter, após estes últimos anos de trabalho, uma visão geral e mais detalhada da Instituição, com relação a seus pontos fortes e frágeis, dentro das dimensões indicadas nos SINAES. Com esses elementos, a próxima etapa – 2018 - estará apta a proceder aos ajustes necessários e corrigir as distorções a média e longo prazo.

4.8.1. Documentação, dados e indicadores desta dimensão.

Em relação à documentação, em especial, o PDI; Projeto Pedagógico Institucional/PPI; Projeto Pedagógico dos Cursos/PPC; os Relatórios parciais de autoavaliação; o Relatório Final de Autoavaliação; retratam as ações decorrentes das conclusões da autoavaliação; o número de eventos e seminários de difusão dos processos de autoavaliação.

De acordo com a sugestão anterior o PDI passou por reformulação reunindo professores, secretaria e diretoria. Em alguns aspectos, a partir desta etapa avaliativa, ele caminha para adequar-se à realidade institucional. Os Projetos Pedagógicos dos Cursos, de acordo com as novas diretrizes curriculares, também passaram por ajustes para atender à legislação e/ou às especificidades dos diferentes cursos. Com a apresentação deste Relatório Final 2017, esta Comissão espera poder estabelecer discussões que incorporem todos os segmentos da comunidade acadêmica. Sintetizando, a CPA realizou, ao longo de 2017, várias reuniões com toda a equipe, para discussão sobre a implementação do processo de avaliação institucional e divulgação dos resultados, das quais foram lavradas as respectivas Atas. Quase na totalidade das reuniões, foi possível contar com a presença de todos os membros (representantes docentes, discentes, técnicos administrativos e comunidade externa).

4.9. Políticas de atendimento a estudantes e egressos (Dimensão 9) Políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e convivência) e sua relação com as políticas públicas e com o contexto social

As Políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e convivência) e sua relação com as políticas públicas e com o contexto social. Os candidatos aos cursos superiores oferecidos pela instituição foram selecionados através de exame vestibular, que consta de uma prova com questões objetivas sobre conteúdos gerais do ensino médio e uma redação. O candidato é classificado pelos resultados obtidos, através de uma listagem em ordem decrescente, preenchendo o número de vagas disponível até o limite. São desclassificados os candidatos que obtiverem a nota mínima necessária. Os candidatos podem optar pelo aproveitamento das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, de acordo com as normas de pontuação da instituição.

O Manual do processo seletivo traz todas as informações a respeito dos documentos necessários para inscrição, taxas devidas, data da prova, divulgação do gabarito, convocação dos aprovados para matrícula e outros. Assim como informes sobre os diversos cursos e respectivos reconhecimentos, número de vagas, horários de funcionamento e prazos para sua integralização.

- Políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, tutoria), iniciação científica, extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil.

A instituição mantém programas de tutoria e/ou monitoria com seus alunos. Como já apontado anteriormente, o núcleo de iniciação científica, previsto no PDI, e projetos de extensão que visam melhorar seu desempenho nas disciplinas do currículo. A avaliação institucional destina aos alunos três importantes instrumentos para analisarem as condições de aprendizagem, infraestrutura e qualidade do corpo docente. Cada turma elege seus representantes, que são intermediários das reivindicações e sugestões de melhoria. Os cursos realizam estágios

supervisionados, de acordo com a legislação vigente e onde iniciam contato com a realidade profissional.

- Mecanismos/sistemáticas de estudos e análises dos dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor/aluno e outros estudos, tendo em vista a melhoria das atividades educativas.

A Secretaria Geral tem a incumbência de sistematizar os dados relativos aos ingressantes e ao conjunto de alunos, mantendo-os organizados para consulta.

As relações entre professores e alunos, quando surgem conflitos, são intermediadas pelas Coordenações de Curso, âmbito em que, geralmente, são resolvidas. Nos casos mais graves, esporádicos, os problemas são encaminhados à Direção Geral para as devidas providências ou orientações. A pesquisa feita com os alunos sobre o desempenho docente também traz à luz eventuais problemas de relacionamento, para discussão geral entre os pares e com a Coordenação, se for o caso.

Em relação à evasão, esta não é significativa, e, normalmente, é devido ao setor financeiro, que tem procurado contornar a situação, oferecendo outras possibilidades de pagamento. A relação professor/aluno está dentro das normas legais estabelecidas. Porém, uma coisa que queremos avaliar no próximo ciclo é se os alunos têm se formado dentro dos tempos médios de conclusão de cada um dos cursos oferecidos pelas FACIPLAC.

4.9.1. Egressos

A instituição realiza uma pesquisa com egressos, destinada a obter o grau de satisfação com os cursos realizados e sua eventual contribuição para o desempenho profissional e crescimento pessoal. Embora seja um trabalho relevante para aprimoramento dos cursos, a CPA não teve acesso a esses dados no ano de 2017, não tendo sido possível analisá-los mais adequadamente. Recomenda-se que, por ocasião da reestruturação dos projetos pedagógicos dos cursos, cada coordenador tenha possibilidade de acesso e possa analisar cuidadosamente esses dados.

Inserção profissional dos egressos e participação dos egressos na vida da IES no decorrer de sua vida acadêmica, boa parte dos estudantes da IES já está inserido no mercado de trabalho, desempenhando funções correlacionadas a sua opção de curso. Muitos exercem suas atividades como estagiários, outros já são contratados para funções determinadas. Ao término do curso, quando da solicitação de seu diploma, o aluno responde a uma pesquisa sobre a formação recebida. Esse procedimento é realizado pela secretaria da Instituição e os dados são tabulados, mas não chegam a serem analisados. Não foi criado ainda mecanismo que possibilite conhecer a opinião dos empregadores sobre o desempenho dos alunos da instituição, enquanto funcionários.

Sendo as Faculdades Integradas do Planalto Central uma entidade educacional com mais de 30 anos e valorizando sempre o potencial humano daquele que faz parte da vida acadêmica da Instituição, busca, dentre seus alunos, aqueles que possuem perfil adequado para continuar na empresa como funcionários e não mais como estudantes. Ao se formarem, os alunos atualizam seu cadastro residencial, o que permite à Instituição informá-los a respeito de eventos na instituição. As informações são passadas por mala direta, via setor de comunicação. Nas próximas etapas da avaliação institucional, a CPA deverá elaborar instrumentos que deem conta de conhecer melhor a inserção social dos egressos.

4.10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior (Dimensão 10).

É importante destacar que a gestão de uma Instituição de Ensino Superior exige tanto a responsabilidade da Mantenedora, quanto da proposta pedagógica. Neste quadro, tornam-se imprescindíveis o acompanhamento contínuo e o controle financeiro das contas, a análise dos dados mês a mês, as projeções, o planejamento estratégico, visto que a escola é montada pela iniciativa privada. Quanto à sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade de suas propostas de oferta da educação superior, muito embora o ordenamento jurídico não penalize o estudante inadimplente, a FACIPLAC tem honrado seus compromissos. O Plano consta de:

- a. Receitas previstas - dos cursos de graduação em funcionamento, de novos cursos a serem autorizados, conforme o plano de expansão;
- b. Despesas previstas - na rubrica Despesas de Capital, os itens: móveis e material escolar, equipamentos, instalações diversas, aquisição de livros e periódicos, reserva técnica e iniciação científica;
- c. Despesas de Custeio; entre outras. Assim delineado o Plano, este possibilita à Instituição manter e desenvolver-se com recursos próprios, não precisando valer-se de opções diversas para captação de recursos.

No PDI, há relação entre a proposta de desenvolvimento da IES e o orçamento previsto, apresentando informações detalhadas para a elaboração e execução dos projetos de novos cursos, e constando, na previsão orçamentária, as rubricas: Receitas de Capital, Receitas Correntes, Despesas de Capital, Investimentos e Despesas Correntes, para um período de 5 (cinco) anos. Os cursos ofertados apresentam compatibilidade com as verbas e recursos disponíveis, considerando-se que têm seus custos fixos e variáveis em que os recursos financeiros são obtidos pelo recebimento dos encargos educacionais do alunado. A IES, desde sua fundação, sempre cumpriu seus compromissos financeiros.

Toda a documentação relacionada aos indicadores mencionados neste item que capacitam e mostram que a IES tem se organizado no sentido de procurar atender às exigências postas pela sociedade como um todo, e, em especial, pelo mercado de trabalho, pela legislação e/ou políticas públicas, que apontam para a melhoria da qualidade educacional, levando em conta o princípio da flexibilização na condução, execução e acompanhamento de seus respectivos cursos – podem ser consultadas no setor responsável, quando solicitado.

5. Novo Marco Regulatório da Educação Superior

No ano de 2017 contamos como o novo marco na educação superior, devido à transformação emblemática na regulação das Instituições de Ensino Superior e nos cursos de graduação. Esta mobilidade foi conduzida pelo Ministério da Educação, que revogou no mesmo ano o Decreto 5.773/06 e a Portaria Normativa

40/2010, modificando os instrumentos de avaliação institucionais e de cursos do INEP, garantindo a coerência entre regulação, avaliação e supervisão nas modalidades presencial e EAD.

Estas mudanças criaram um panorama absolutamente novo e desafiador em relação ao Marco Regulatório da educação superior, fazendo com os profissionais busquem capacitações que possibilitem se apropriarem das concepções e dos procedimentos regulatórios, avaliativos e de supervisão.

Neste sentido podemos destacar boas inovações como os bônus regulatórios; as medidas de redução de burocracia, por meio de processos simplificados e credenciamentos prévios; a facilitação de vários aditamentos, destacando os processos de transferência de mantença; a inclusão do tema da pós-graduação lato sensu; a estruturação do processo de supervisão em três fases, com destaque para a delimitação do já existente procedimento preparatório; e o tratamento igualitário dos cursos na modalidade à distância e presencial, entre outros.

O instrumento também traz também alguns pontos que podem gerar várias discussões, que são bem representados pela atribuição de autonomia aos campi fora de sede de universidade, pela possibilidade de criação de campi fora de sede por centros universitários, pela possibilidade de registro de diplomas por faculdades e pela participação dos Conselhos Profissionais em procedimentos de supervisão.

A CPA da FACIPLAC está atenta a esta nova regulamentação, vem se capacitando e já discute estratégias que subsidiarão a gestão na reformulação de todos os documentos institucionais à luz do novo marco regulatório, da mesma forma entende que a reestruturação do projeto de Autoavaliação Institucional também passará por reflexões e reestruturações inerentes às necessidades estabelecidas na nova legislação em consonância com a necessidade Institucional.

Trata-se de um pensar participativo e decisivo para a qualidade do ensino que a FACIPLAC explicita em sua missão que se preocupa com a formação crítica, reflexiva e humanista de profissionais éticos e cidadãos, nos vários campos de conhecimento, com base em inovações científicas e tecnológicas, contemplando a empregabilidade, o empreendedorismo e a internacionalização, tendo a articulação do ensino, da extensão e da iniciação científica/pesquisa como elemento nuclear, visando contribuir para o desenvolvimento sustentável do Gama, do Distrito Federal e do País, além de estar sintonizada com as demandas do Século XXI.

Sendo assim, os profissionais que se apropriarem ou mais rápido possível desta nova legislação e instrumentos de avaliação, terão destaque nesse cenário de absoluta competição experimentado, atualmente, pelas empresas mantenedoras de educação superior no Brasil, pois conseguirão compreender o que deve ser alterado pelas IES para encarar com êxito os períodos de avaliação, discutindo com as IES o que deve ser feito nessa transição regulatória e o melhor modo de se preparar para o novo cenário anunciado e definido.

6. Considerações Finais

Considerando os princípios anunciados na Lei nº 10.861/04 (BRASIL, 2004a) e na Portaria/MEC/Inep nº 2051/04 (BRASIL, 2004b), a Faculdade Integrada do Planalto Central em 2017 procurou desenvolver um processo de autoavaliação, que, de fato, envolveu os integrantes da Comissão Própria de Avaliação/CPA, os coordenadores de curso, os professores, os funcionários e, especialmente, os estudantes. Nas reuniões, cujas atas se encontram arquivadas na CPA, a participação de representantes da comunidade acadêmica contribuiu para aperfeiçoar as diferentes posições, consolidando formas de negociação e compromisso de todos com a qualidade de educação superior desejada pela IES. A CPA tem se reunido sistematicamente buscando acompanhar, de modo integrado, todo esse processo avaliativo.

Como mencionado anteriormente, as sínteses destes Relatórios, de acordo com os resultados apresentados, e que estão registrados nas atas referentes às reuniões da CPA, destacam-se alguns pontos, que também já haviam sido indicados nos Relatórios anteriores, e que são reforçados aqui, pois se trata do início de um novo ciclo avaliativo:

1. Alguns dos instrumentos aplicados foram revistos, conforme se propôs nos Relatórios anteriores. Foi elaborado, logo no início do ano letivo, o cronograma das datas de aplicação dos diferentes instrumentos, configurando, assim, uma disposição para continuar a desenvolver o processo de autoavaliação institucional;

2. Quanto aos procedimentos adotados pelos coordenadores em relação aos resultados da avaliação junto aos professores, os Relatórios encaminhados, conforme os anos anteriores indicam que: Os professores receberam os resultados de suas avaliações, pessoalmente e de forma impressa; Foram feitas recomendações em relação aos problemas detectados, individualmente, com os professores por seus coordenadores;
3. Em relação às ações junto aos discentes a partir dos resultados das avaliações
4. Os coordenadores buscaram motivar os alunos e/ou suas turmas, na divulgação dos resultados e na discussão dos problemas relevantes que foram apontados, estimulando uma reflexão positiva, voltada para a melhoria do ensino e a integração nos respectivos cursos;
5. As informações, geradas pelos instrumentos de pesquisa, puderam fornecer subsídios para as diferentes coordenações de curso e para a direção da IES, contribuindo, também, para o aperfeiçoamento didático-pedagógico dos professores, em geral, e de seus respectivos alunos;
6. O processo de divulgação dos resultados tem procurado ser mais permanente, permitindo que a comunidade acadêmica tivesse acesso com mais facilidade;
7. A representatividade dos membros da CPA, seja por parte dos coordenadores de curso, professores, funcionários e da representação estudantil, foi, como nos anos anteriores, constante, o que possibilitou que o processo de autoavaliação se concretizasse, cada vez mais, como uma cultura avaliativa.

Diante disso a proposta dos membros da CPA é manter o cronograma e aproveitar a experiência desenvolvida ao longo do processo pela CPA - aplicação, análise e interpretação de resultados; assim como incluir neste calendário datas para os eventos relacionados com o processo de avaliação institucional. Incluir indicadores para as dimensões que ainda não foram contempladas nos ciclos avaliativos anteriores. Agilizar o processo de divulgação dos resultados no site da IES. Ampliar a representatividade, seja dos coordenadores de curso, professores, funcionários e da representação estudantil para que o processo de autoavaliação continue se

firmando como cultura avaliativa, proporcionando, assim, a melhoria das condições de trabalho, de ensino e de formação profissional.

E, nesta perspectiva, a CPA assume os seguintes princípios, já destacados no Relatório anterior/2016, que nortearam as ações desenvolvidas em 2017 e a serem desenvolvidas em 2016:

- I. É preciso que se fortaleça um compromisso, cada vez maior, por parte não só dos membros da CPA, mas de todos que integram as FACIPLAC, sejam alunos, professores, coordenadores e funcionários, no sentido de que se conheça, mais e melhor, a realidade e o contexto formativo desta instituição, de modo a desenvolver um processo de autoavaliação institucional, que re/signifique o Projeto Pedagógico Institucional/PPI e seus diferentes Projetos Pedagógicos de Curso/PPCs.
- II. Considerar que este processo de autoavaliação é um instrumento pedagógico e político, desde que seja desvinculado do caráter punitivo, discriminatório e burocrático. E que os dados obtidos sejam não somente analisados, mas que por meio deles se faça uma reflexão mais profunda do processo educativo que está sendo vivenciado por reflexão mais profunda do processo educativo que está sendo vivenciado por coordenadores, professores e alunos de forma a aperfeiçoá-lo.
- III. Reforçar a perspectiva formativa que está por trás deste processo de autoavaliação institucional, e que os sujeitos envolvidos possam, cada vez mais, situar suas ações, apontando para redirecionamentos que possam desencadear mudanças qualitativas no desenvolvimento do PPI.

Para as próximas etapas será necessário incorporar os avanços do presente trabalho, de modo a que outros participantes sejam beneficiados com o conhecimento adquirido durante todos estes anos, em que se desenvolve o processo de autoavaliação.

Espera-se que a participação docente, discente e de funcionários continue como nos anos anteriores, mas que também haja oportunidade de ser ampliada, de modo a alcançar as finalidades educacionais que a Instituição tanto deseja.

Esta Comissão/CPA tem recomendado que os resultados da avaliação institucional sejam divulgados formalmente a toda comunidade acadêmica,

utilizando-se, especialmente, do site da Instituição. Recomenda, também, que sejam incorporadas, sobretudo, as potencialidades dos dados obtidos, além das providências destinadas a sanar suas fragilidades, que são normais em qualquer processo de crescimento institucional.

Foi registrado no relatório anterior, o quanto o processo de autoavaliação foi consolidado, e em que medida o processo foi reforçado, envolveu toda a comunidade acadêmica e comunidade, dando condições para que se estabelecessem metas e caminhos que efetivasse um ensino mais significativo. Nesta perspectiva, os membros desta CPA acreditam ter avançado na compreensão da estrutura interna e dos procedimentos realizados para implementação do Projeto Pedagógico Institucional das FACIPLAC, e, ao mesmo tempo, assumem o compromisso em colaborar, junto às novas Comissões, para a continuidade dos trabalhos a serem desenvolvidos neste novo ciclo avaliativo que se deu no decorrer do ano de 2017.

É necessário destacar que a CPA, ao trazer à tona os critérios da autoavaliação institucional, a partir do SINAES, a abordagem metodológica para aplicação dos instrumentos para o tratamento e a análise dos dados coletados, respeitando as especificidades da FACIPLAC, procurou nas diferentes reuniões com os membros – coordenadores, professores, estudantes, funcionários - e nas reuniões ampliadas, com outros professores e estudantes, mostrar a dinâmica dos cursos, suas fragilidades e potencialidades, refletindo, acima de tudo, nas proposições para que os obstáculos pudessem ser superados.

Como ponto de partida para a continuidade deste processo, que foi desenvolvido neste ano/2017, tentar dar conta das proposições já enunciadas, a fim de ser possível redefinir práticas e políticas no interior desta instituição que possam conduzir um ensino superior de qualidade social. E, por fim, a CPA reafirma como já o fez nos relatórios anteriores, que este documento é uma ferramenta para contribuir com uma tomada de decisão mais consciente, re/orientando o processo de formação e de autoavaliação que todos nesta instituição desejam.

7. BIBLIOGRAFIA

_____. Supervisão e avaliação institucional: construindo um caminho que reafirme o caráter público da educação. In: PIMENTA, S. G. (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 215-248.

AFONSO, A. J. Avaliação educacional: regulação e emancipação para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ANDRÉ, M. E. D. A. Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional. Brasília: Liberlivros, 2005.

BARRIGA, A. D. Uma polêmica em relação ao exame. In: ESTEBAN, M.T. (Org.). Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. 5. ed. Petrópolis: DP, 2008.

BELLONI, I. A Universidade e o compromisso com a avaliação institucional na reconstrução do espaço social. In: COSTA, M.J.J. (Org.). Avaliação institucional: desafio da universidade diante de um novo século. Belme: EFPA, 1997, p. 17-34.

BELLONI, I. et al. Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas: uma experiência em educação profissional. São Paulo: Cortez, 2000.

BLONDEL, D. O ensino superior: missão, organização e funcionamento. In: DELORS, J. (org.). A educação para o século XXI: questões e perspectivas. Porto Alegre: Artmed, 2005.

BOTH, I. Da avaliação precursora ao complemento da avaliação: PAIUB e Sinaes construindo "pontes". Avaliação, Revista da Rede de Avaliação, ano 10, v. 10 (dez.), n. 4, 2005, p. 61-73.

BRASIL. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e dá outras providências, 2004a.

_____. Portaria MEC/Inep n. 2.051, de 9 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de Avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), 2004a.

_____. Portaria MEC/Inep n. 86, de 29 de julho de 2006. Nomeia a Comissão Assessora de Avaliação da Formação Geral do Enade, 2006.

_____. Portaria MEC/Inep n. 177 de 28 de julho de 2006. Dispõe sobre diretrizes para a realização do Enade, 2006.

_____. Decreto Federal n. 5773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. In: Sinaes – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação. 4. ed. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

_____. MEC. Portaria Normativa nº 1, de 10 de janeiro de 2007. Estabelece o calendário de Avaliações do Ciclo do Sinaes para o período 2007-2009 (Sinaes), instituído na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. In: Sinaes – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação. 4. ed. Brasília: Inep, 2007.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação da educação superior. Petrópolis: Vozes, 2000.

GATTI, B. Ensino superior e avaliação institucional: um modelo em implantação. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 80 (jan. /abr.), n. 194, p. 148-155, 1999.

_____. Precisamos de política educacional efetiva, antes de avaliar. Avaliação em Educação: o que a escola pode fazer para melhorar seus resultados. Cadernos Cenpec, n. 3.

HOFFMANN, J. Avaliação Mediadora: uma prática construtiva da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação, 1998.

RISTOFF, D. (Org.). Avaliação participativa: perspectivas e desafios. Brasília: Inep, 2005.

SCHWARTZMAN, J. Uma metodologia de avaliação de cursos de graduação. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação. Rio de Janeiro, Fundação Cesgranrio, v. 4 (jul./set.), n. 12, p. 237-264, 1996.